

Ata Sumária 204 - 185ª Reunião Ordinária

Data, Hora e Local:

Em 16 de setembro de 2011, às 9 horas, no Auditório Martin Schmeling.
À Rua Blumenau, 05 – Bairro São João, em Itajaí - SC.

EXPEDIENTE

1 – Abertura e verificação do número de presenças

Eu, João Henrique Baggio, Secretário Executivo do CAP em exercício, fiz a verificação dos presentes e constatei que havia quorum para abrir a reunião, ou seja, superior à metade mais um dos membros do Conselho, representando pelo menos três blocos, conforme lista de presença abaixo. Foram justificadas ausências de Sandro Ramos e Amílcar Gazaniga. Registre a presença de José Carlos de Araújo, inspetor da Alfândega do Porto de Itajaí, que compôs a mesa. Foi passada a palavra para ao senhor Presidente que saudou as senhoras e senhores membros do CAP e convidados. Declarou aberta a reunião.

BLOCO I - PODER PÚBLICO

Governo Federal	ANSELMO JOSÉ DE SOUZA
Governo do Estado	HORACIO PLATÃO FIGUEIREDO
Prefeitura Municipal	OSMARI DE CASTILHO RIBAS

BLOCO II - OPERADORES PORTUÁRIOS

Administração do Porto	ANTÔNIO AYRES DOS SANTOS JÚNIOR ROBERT GRANTHAM
Instalações Privadas	LUCIANO ANGEL RODRIGUEZ RICARGO RAMOS
Armadores	JORGE IVÁN CÁRDENAS CASTILLO
Operadores Portuários	WALTER JORIS ALICE PIETER JOOS INGRID KRAUSE

BLOCO III - CLASSE DOS TRABALHADORES

Trabalhadores Portuários	GUSTAVO COELHO ENGEL DIOGO HENRIQUE SCHMITT GÉRSOON OSTVALD
Trabalhadores Portuários Avulsos	CHARLES ALBERTO PASSOS



BLOCO IV - USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS E AFINS

Exportadores e Imp. de Mercadorias	VERÔNICA HEINZELMANN CLÉCIO FÁBIO ZUCCO
Proprietários e Cons. Mercadorias	ECLÉSIO DA SILVA MARCO AURÉLIO SEÁRA JÚNIOR
Terminais Retroportuários	FABRICIO GOMES PHILIPPI

2 – Leitura e aprovação das atas das reuniões de 12 e 24/08/2011

O Sr. Presidente colocou as atas, encaminhadas anteriormente via e-mail, para aprovação dos conselheiros, as quais foram aprovadas por todos.

4 – Correspondências, notícias, comunicações, indicações e propostas recebidas pelo Presidente do CAP, Superintendência do Porto de Itajaí ou de algum Conselheiro, tidas como relevantes e necessárias ao conhecimento do plenário:

Relatório Comercial

Devido ao volume de assuntos da pauta, a leitura e apresentação do relatório relativo a agosto passou a ser o último item da pauta.

Lida correspondência da OAB, a qual comunica instituição da Comissão de Direito Aduaneiro Marítimo e Portuário da OAB/SC, a qual o presidente do CAP solicitou que representantes dessa comissão sejam convidados para participar das reuniões do CAP. Eclésio Silva destacou a importância da criação da comissão e ficou responsável de organizar reunião da instituição com o CAP.

ORDEM DO DIA

1 – Relatório da SPI sobre a situação do porto com a enchente

O superintendente do Porto de Itajaí, Antonio Ayres dos Santos Junior, relatou em detalhes os impactos da enchente ocorrida em Itajaí na segunda semana de setembro. Explanou as ações da autoridade Portuária junto a Capitania dos Portos, Praticagem e Defesa Civil, mais outras instituições, as ações de prevenção para evitar problemas e garantir a segurança das embarcações e a estrutura do Complexo Portuário do Itajaí. Relatou o acompanhamento dos fatos, bem como a constatação das avarias no berço 1 da APM constatadas apenas na manhã da segunda feira. Informou das ações de comunicação com relação ao problema, feitas ao prefeito, CAP e ministério, bem como a Imprensa, com a convência do prefeito e presidente do CAP. Nesta coletiva, por volta das 11h50min, tudo foi comunicado de forma clara e transparente pelo Amilcar Gazaniga, Antonio Ayres e Walter Joos. O motivo foi para evitar especulações no mercado sobre as condições operacionais do porto de Itajaí, garantindo que, mesmo com as avarias no berço 1, o porto estaria plenamente em condições de operar com os demais berços. Comunicou dos contatos feitos com o ministro Leônidas Cristino e sua comitiva, que estiveram em visita emergencial a Itajaí no mesmo dia, destacando o empenho do ministro para auxiliar Itajaí e buscar soluções para os problemas ocorridos no porto e Complexo Portuário. Comunicou o acesso do ministro e autoridades ao

cais, bem como suas assessorias, e depois da reunião realizada no gabinete do superintendente do APM, Walter Joos. Relatou a posição do ministro com relação aos reparos do berço, que devem ser feitos pela APM, e se comprometeu de garantir a dragagem para retomar aos parâmetros anteriores a enchente. O volume restabelecido seria retirado pela Jan de Nul, pelo contrato com a SEP. Relatou a batimetria concluída na quinta-feira, que apontou assoreamento em determinados pontos dos canais e bacia de evolução. Informou que uma draga estará chegando a Itajaí para fazer a dragagem emergencial na bacia de evolução para retirar banco de areia e reparar o pé das estacas do berço 1, onde ocorreu recalque. O objetivo é calçar a base das estacas para evitar o recalque das estacas. Dessa forma, a SEP confirmou a liberação da draga da Jan de Nul, que estará chegando na noite desta sexta-feira. Informou de reunião realizada ontem com os atores envolvidos nos processos administrativos e de dragagem, onde foi elaborado um plano emergencial de dragagem, que inicia ainda no final de semana. O problema da bacia de evolução e o aterro das estacas do berço 1 devem ocorrer no máximo em dois dias, com profundidades que ficarão bastante razoáveis para operações imediatas, e depois progredindo para os parâmetros anteriores as cheias. Relatou a forma técnica com que foram realizadas as batimetrias e disse que comparativamente a 2008 e com muito maior volume de água, a porto e município tiveram impactos muitos menores que três anos atrás, fato que pode ser creditado à dragagem de aprofundamento dos canais internos e externo, bem como a dragagem a montante, o que contribuiu para uma maior vazão das águas. Destacou a importante participação do deputado Décio Lima na liberação da contratação da dragagem, mas destacou também o empenho de outras autoridades. Fez um comparativo da realidade das enchentes de 2008 e 2011. Destacou as ações eficientes da Defesa Civil, que trabalhou de forma ágil e preventiva ao comunicar com antecedência as cheias. Informou da realidade do berço 4, que passará por avaliação e já teve uma vistoria prévia, que será avaliado por um grupo técnico e que será usado pela APM para operar durante a reforma do berço 1. Informou também de pequenos reparos de dragagem que serão feitos nas margens próximas ao espigão. Luciano Angel Rodriguez relatou problemas que poderão ocorrer nas operações do berço 4, que necessita de reparos e reforços para iniciar operações. Walter Joos relatou as condições do berço 1, que disse que a velocidade das águas chegou a 7 nós, e que a infra-estrutura do berço 1 foi construída de acordo com todas as recomendações da SEP, com estacas de 20 metros. Comunicou que com as enchentes de 2008 a empresa teve informações de que havia a possibilidade de ocorrer o problema, devido a diferença das estruturas dos berços 1 e 2, que tem estacas e cortina de estacas prancha de 50 metros. Comunicou que o seguro já foi acionado e creditou parte da responsabilidade das avarias a estrutura do berço 2, o que poderá gerar conflitos no acionamento do seguro. Comentou que a situação do APMT está muito pior que em 2008 e reclamou da falta de condições operacionais do berço 4. Falou das más condições do piso do berço 3 e 4, bem como solicitou mais melhorias e sugeriu que investimentos em publicidade e divulgação sejam direcionados para a reconstrução do pavimento das áreas detrás dos berços 3 e 4. Falou que a reparação do berço 1 poderá ocorrer em quatro meses, podendo levar tempo bem maior, comentou que as operações nos berços 2 e 3 estão normalizadas, e falou que há possibilidades de recuperação, mas comentou que os resultados financeiros serão impactantes. Ayres falou na diferença das estruturas dos berços 1 e 2 e 3, com a diferença gritante nas profundidades das estacas, que as do berço 1 estão bem acima das estacas dos berços 2 e 3. Explicou que devido à diferença das estruturas, existia a possibilidade revista preliminarmente de que a escavação que ocorreu em 2008 nos 2 e 3

ocorresse no berço 1 com uma nova enchente. Inclusive, essa possibilidade já havia sido cogitada por técnicos após 2008. Destacou que a estrutura do berço 1 foi bastante abalada, mas que será perfeitamente recuperável. Porém é um projeto de grande peso e que a execução dos reparos deverá levar mais de seis meses. Luciano Angel destacou que a APM ficará sem dois berços para operar por no mínimo quatro meses. Anselmo perguntou a Walter Joos sobre a cobertura de seguros que a APM Terminals tem o que deixou dúvidas durante a reunião com o ministro da SEP com relação aos seguros contratados pela APMT. Walter falou que o seguro é sobre lucro cessante e patrimônio, mas acredita que o seguro não vá cobrir toda a obra. Anselmo falou das especificações da construção e demonstrou preocupação com relação ao seguro e Joos garantiu que as obras de reconstrução podem iniciar em outubro. Destacou ainda a boa estrutura dos berços 2 e 3 e parabenizou a execução da obra. Falou que a Autoridade Portuária foi extremamente eficiente ao conduzir as ações, bem como ao bom relacionamento do Porto de Itajaí com a SEP. Destacou a boa vontade do atual ministro e disse que relacionamento entre porto de Itajaí e SEP está cada vez melhor, inclusive, com uma dedicação extraordinária a Itajaí. Destacou que o ministro tem pleno conhecimento da importância de Itajaí no contexto portuário nacional. Antônio Ayres concordou com as afirmações de Anselmo, destacou a preocupação e atenção do ministro com Itajaí, o que faz com que Itajaí tenha um grande parceiro na SEP. Fabrício Philippi destacou a rapidez com que as águas vazaram pela dragagem que foi realizada, mas destacou também a importância do alargamento da boca da barra, o que não é apenas uma necessidade da atividade portuária, mas também para minimizar impactos de enchentes em várias cidades. Destacou a ajuda que a comunidade portuária de Itajaí deu as vítimas das enchentes. Segundo ele, toda a retroárea ajudou nas ações de auxílio as vítimas das enchentes. Registrou a boa vontade dos armadores ao cederem contêineres para auxiliar aos flagelados, bem como as empresas de transporte, que disponibilizaram caminhões. Ayres corroborou com afirmações do Fabrício e destacou a participação efetiva das retro-áreas, da comunidade portuária e também de empresas que estão iniciando operações na cidade que cederam contêineres, bem como a importância do trabalho da Intersindical dos Trabalhadores Portuários no processo de voluntariado no auxílio. Complementou que o CAP, como instituição, deve fazer uma moção, porque mais uma vez os projetos da JAICA, que são um mix de providências para contenção de cheias, sejam concluídos e detectados, mesmo que gradativamente. Apelo deve ser feito ao governo do estado, para que medidas sejam implementadas mais rapidamente. Anselmo acrescentou que se a dragagem do rio Itajaí Mirim fosse realizada, os impactos teriam sido ainda menores. Destacou a importância da abertura da realidade a imprensa, para evitar especulações no mercado, e falou que nunca uma enchente causou tantos danos na região de Blumenau e que antecede a cidade e destaca a diferença do que ocorreu em Itajaí, onde foi feita a dragagem de aprofundamento e destacou a importância da necessidade da manutenção da dragagem, inclusive, solicitar também recursos de outros ministérios. Solicitou novamente a mobilização da imprensa para conscientizar a população e os meios políticos da necessidade dessas dragagens, não só nos portos, mas também a montante. Destacou, inclusive, a realização de seminário para defender isso. Gustavo agradeceu apoio do porto e comunidade a mais de 100 famílias e apóia a necessidade de busca de recursos em outros ministérios, para dragagem de outros projetos e para criação de sistemas de supressão de chuvas e enxurradas, para evitar represamento de águas de enchentes. Ayres falou que existem inúmeras soluções que podem ser tomadas e citou exemplos existentes em outros países e cidades brasileiras, com realização de diques, alargamento de rios, entre outras



ações, citando a existência de estudos feitos pela Univali que podem auxiliar. Pediu pleito do CAP ao governo do estado para que o JAICA saia do papel. Pediu que carta seja feita ao governador com a maior brevidade possível, para ser assinada ainda hoje e encaminhada ao governador na próxima semana. Anselmo lembrou as ações da presidência e ministérios em 2008, o tempo em que os projetos da JAICA estão sendo discutidos e os custos dos projetos que se tornam pequenos em relação aos prejuízos que as enchentes trazem para toda a região. Falou que além da carta ao governador, a reivindicação relacionada ao JAICA deve ser debatida em seminário a ser realizado imediatamente. Ayres falou do mix de projetos e providências do JAICA e pediu que seja indicada uma comitiva do CAP para levar a correspondência e conhecer o que é o projeto JAICA, com seu detalhamento. Anselmo aprovou, destacou a importância da ação e sugeriu que representantes da sociedade organizada, não somente de Itajaí, como também de vários municípios da região e que foram atingidos pelas cheias, a comporem essa comissão. Ayres explicou para os conselheiros que não tinham conhecimento, do que é a JAICA e seus projetos. A complexidade dos projetos e a importância das ações planejadas. Anselmo explicou a Eclésio o que é JAICA e seus projetos, que se estendem por 11,5 km e deslocam o fluxo do rio por canal extravasor. Explicou as dificuldades políticas e financeiras que impediram que o projeto tivesse andamento e destacou a importância do JAICA ter sido retomado. Anselmo destacou a seriedade como são feitos os trabalhos da Receita Federal em Itajaí, a presteza com que as demandas são feitas. Eclésio Silva ratificou a afirmação de Anselmo em nome do Sindasc. José Carlos de Araújo comentou que a RF de Itajaí está implementando mudanças nos procedimentos a partir de 3 de outubro, o que deve reduzir o tempo de liberação no canal vermelho, trazendo agilidade, segurança as demandas. Jorge Cárdenas reconheceu o papel do comandante da Capitania durante as cheias e a sua atitude de permanente colaboração e trabalho para a retomada da normalidade nas operações de entrada e saída de navios.

2 – Opinar sobre a proposta orçamentária do Porto

Orçamento para 2012 foi apresentado por Antonio Ayres, de R\$ 76.210.000,00, com perspectiva para arrecadação mensal de R\$ 6,35 milhões. O orçamento foi feito com base na arrecadação das tarifas portuárias, com a movimentação média de 100 navios por mês. Envolve tabelas 1, 2 e 3, mais receita do Terminal de Cruzeiros, mais tabelas 4 e 5, que englobam cobrança de energia e armazenagem, mais tabela 6, do arrendamento. São receitas pressupostas e estimadas. Demonstrou as despesas com pessoal, precatórios, dívidas, mais outras despesas já existentes, bem como despesas legais, investimentos, dragagens de manutenção, inclusive, criando orçamento próprio para o CAP com R\$ 10 mil/mês. Complementou a informação relativa aos previstos no orçamento para 2012, de assunto abordado no CONCCAP, que mostra as diferenças nas visões das possibilidades para as administrações públicas e privadas, que tem diferenças gritantes, citando seis itens fundamentais e suas regras gerais. Pediu que os conselheiros do CAP tivessem conhecimento dessas diferenças, uma vez que a grande maioria é da iniciativa privada e precisa saber dessas diferenças. Ingrid reclama que o orçamento de publicidade, diárias e outras despesas com viagens, entre outras menos relevantes, são bem menores que as relacionadas a manutenção de piso, energia, entre outras do Porto Público. Ayres explicou como é feita a distribuição dos recursos, de acordo com a procedência de cada recurso vindo das respectivas tarifas, bem como de distorções de outros anos que foram corrigidas. Luciano destacou a coerência das afirmações Ayres e disse que falta uma previsão correta de alguns

itens, como desempenho, mas diz que é obrigação do poder público conhecer os orçamentos e maximizar ao máximo o aproveitamento desses recursos. Sugeriu que os conselheiros devam analisar o orçamento minuciosamente e sugeriu que isso volte a ser discutido em uma nova reunião. Robert Grantham citou o regulamento do CAP, que permite aos conselheiros opinar sobre o orçamento, sendo que não cabe ao CAP homologar ou aprovar, e sim opinar. Dessa forma, vale apenas as opiniões, uma vez que a gestão dos números é exclusiva do ordenador primário da despesa. Ayres destacou que a responsabilidade legal é do superintendente e garantiu que tudo foi feito de acordo com o que a lei possibilita. Comentou sobre a importância das opiniões, mas que o CAP pode somente opinar, porque não cabe ao conselheiro a responsabilidade legal. Luciano falou que CAP pode apontar despesas e sugerir, pediu que os conselheiros levassem o documento, encaminhem suas dúvidas e apontem soluções por escrito. Ayres informou que legalmente o Porto tem que apresentar o orçamento até o final deste mês, por isso, pediu que o tramite seja mantido. Gustavo falou que o porto não é mais operador, que os acidentes (danos ao patrimônio) são de responsabilidade dos operadores ou usuários, mas que para isso precisa reativar certas tarifas. Sra. Ingrid Krause comentou que em relação à falta de iluminação no berço 4 a APMT está adiantando os recursos à Autoridade Portuária, pois até hoje não houve investimento, principalmente nos postes de luz do berço 4. A APMT faz a sua parte, a DMX é uma empresa contratada, mas os "butucas" também circulam por lá e fazem os mesmos estragos, a APMT arruma a sua área e tem orçamento para isto, mas o que estavam discutindo é o orçamento da área pública para isto. Comentou que houve um acidente com um funcionário nas tomadas da área pública e não conseguem arrumar isto, é necessário morrer alguém para que se tome alguma providência? Sr. Antônio Ayres dos Santos Júnior informou que houve inspeção nas tomadas e não foi detectado nenhum defeito, as tomadas estão ok. Acredita que há um problema de uso e de operação, mas há um ponto que está faltando aterramento. Gustavo relatou os consertos feitos em frente à área segregada e no mesmo momento um caminhão da DMX passar por cima, fazendo o porto pagar 2 X o mesmo conserto. Relatou ainda que os portões da área 36 foram consertados e quebrados novamente pelos caminhões da DMX. Eclésio Silva falou que há necessidade de opinar. Condenou os recursos destinados à publicidade, de R\$ 1,5 milhão, e de outros gastos, que achou desnecessário ou exagerado. Destacou a importância de incluir o CAP nas despesas, mas falou que os recursos são pequenos e que o CAP precisa ter, além de outros itens, uma assessoria jurídica independente. Sugeriu que um grupo de estudos aponte as reais necessidades para elaboração das despesas do CAP. Anselmo divulgou os 50 anos da WEG, comemorados hoje. Fabrício destacou a posição do CAP a opinar, mas pediu que os orçamentos sejam apresentados com mais tempo, para que os conselheiros tenham mais tempo para análises e contribuições. Anselmo destaca essa importância alertando que é o terceiro ano que o orçamento é entregue na última hora, inclusive, desrespeitando sugestões anteriores do CAP. Anselmo disse ainda que a culpa do atraso na entrega do orçamento é do porto e que o CAP não se sente confortável com a pressão para análise das contas, sem condição de analisar hoje o orçamento, uma vez que há necessidade de análise do orçamento. Diz que o bom senso exige isso e que pode, até, ser feita uma reunião extraordinária para debater o assunto orçamento. Ayres concorda que os membros opinem, mas pede que o processo seja agilizado. Anselmo pediu que o CAP solicite a Câmara prorrogação do prazo. Porém, Robert e Eclésio destacaram o regimento interno da Câmara de Vereadores de Itajaí. Disse ainda que compartilha a sugestão das responsabilidades serem compartilhadas com o CAP, mas disse

que não existe amparo legal para isso. Destacou a necessidade de uma mudança na legislação, possibilitando que o CAP apoiasse nas decisões administrativas, mas que também possa responder por elas, juntamente com o gestor. Fabrício destacou a necessidade de um secretário executivo exclusivo para o CAP, de um assessor jurídico e de uma sala para o CAP. Anselmo disse que o regime jurídico dos portos brasileiros são muitos variados, com diversas formas de delegação, e que também há uma série de outros regimes. Disse que tem que ser quebradas as resistências com relação à participação do CAP na gestão portuária e da convivência harmônica do CAP com a administração portuária. Citou o excelente relacionamento do CAP de Santos com a CODESP, que pode ser visto como um exemplo a ser seguido em Itajaí. Pediu abertura de Itajaí para uma melhor convivência. Ayres concordou com a posição de Fabrício e disse que, estando na rubrica orçamentária, isso pode perfeitamente ser realizado. Ayres relatou a visita da Subcomissão de Portos em Itajaí, das necessidades de Itajaí, das ações e responsabilidades da gestão do Porto Organizado, da realidade jurídica de Porto Organizado. Sugeriu que o CAP peça a essa comissão um esclarecimento das definições de responsabilidades de CAPs e autoridades portuárias, inclusive porque essa subcomissão está estudando alterações na Lei de Modernização dos portos, de 93. Cárdenas propôs uma mais profunda leitura e interpretação da Lei 8.630, e disse que o CAP não pode opinar sem ter analisado os números, propôs que o CAP tenha ação reguladora nas ações de gestão portuária. Sugeriu reunião extraordinária para debater o orçamento, com opinião escrita do CAP sobre a proposta orçamentária, desde que em prazo recorde para a apresentação sem interferir os prazos legais. O diretor administrativo do Porto de Itajaí, Alexandre Antonio dos Santos, explicou aos conselheiros os procedimentos da Câmara de Vereadores com relação à aprovação dos orçamentos municipais. Anselmo sugeriu que seja realizada uma reunião extraordinária em sete de outubro para apresentar as opiniões sobre o orçamento. O grupo de trabalho deverá ser feito junto com a diretoria administrativa do porto e disse que o orçamento tem que ser entregue depois do prazo. Alexandre disse que existe uma obrigação legal e que é final de setembro. Sugeriu que o orçamento seja encaminhado como está e sugeriu que as alterações sejam solicitadas posteriormente ao orçamento do município, o que pode ser feito legalmente. A sugestão foi aceita pelo CAP e montou grupo de trabalho: Eclesio, Verônica, Gustavo, Cárdenas, Alexandre, Luciano. Relatoria e coordenação de Luciano.

Encerramento

Anselmo sugeriu encerrar a reunião às 12 horas e foram transferidos para a próxima reunião os itens 3, 5 e 6 da pauta, mais os assuntos gerais, para reunião extraordinária de 07/10.

